

O conceito de agronegócio no Brasil e na Argentina: Um balanço bibliográfico

Afonso Henrique de Menezes Fernandes¹

Juanita Cuellar Benavides²

Resumo: O conceito de agronegócio ganhou grande relevância em debates travados no campo político e acadêmico ao longo dos últimos trinta anos no Brasil e na Argentina. Considerando que a economia destes dois países esteve diretamente associada a esta noção de produção agropecuária a ponto de posicioná-los, junto com os Estados Unidos, na condição de maiores produtores e exportadores de Soja, dentre outras importantes commodities comercializadas no mercado internacional, o objetivo do presente trabalho é delinear as origens e as diferentes interpretações sobre o termo “agronegócio”. Tendo como metodologia de trabalho a revisão bibliográfica dos principais estudos existentes sobre a temática no Brasil e na Argentina e o referencial teórico de Gramsci sobre hegemonia e Bourdieu sobre o poder simbólico, pudemos identificar não apenas as origens políticas e acadêmicas norte-americanas do conceito, como contextualizar historicamente sua introdução e disseminação no léxico político e acadêmico nacional, apontando de que maneira a literatura crítica tem se apropriado desta noção debatendo questões diversas como: modernização da agricultura, financeirização, neoextrativismo, hegemonia e contra-hegemonia.

Abstract: The concept of agribusiness gained relevance in debates carried out in the political and academic fields over the past thirty years in Brazil and Argentina. Considering that the economy of these two countries has been directly associated with this notion of agricultural production to the point of positioning them, together with the United States, as the main producers and exporters of Soy, among other important commodities traded in the international market, the objective of this paper is to outline the origins and the different interpretations of the concept of “agribusiness”. Based on the bibliographic review of the main existing studies on the subject in Brazil and Argentina, and considering the Gramsci’s theoretical framework of hegemony and the Bourdieu’s symbolic power theory, we were able to, not only identify the origins of the concept in North America, but also contextualize its introduction and dissemination in the national political and academic lexicon, pointing out how the critical literature has appropriated this notion by debating various issues such as: modernization of agriculture, financialization, neo-extractivism, hegemony and counter hegemony.

¹Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF); email: afonsomenezes@id.uff.br

²Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) e professora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); email: juani24@gmail.com

Origens acadêmicas-políticas estadunidenses e disseminação no léxico político-acadêmico sul-americano:

É um relativo consenso na literatura especializada sobre o assunto, que as origens da disseminação do termo *agribusiness* (ou agronegócio, em português, e *agronegocios*, em espanhol) remontam a conexões com a academia norte-americana, particularmente com os trabalhos desenvolvidos por dois professores da *Harvard Business School*, John Davis e Ray Goldberg. Estes dois acadêmicos, estando muito bem conectados a interesses políticos e empresariais do Estado e da emergente produção agroindustrial dos EUA (Grynszpan, 2012), lançaram em 1956 o conceito de “agribusiness”, onde os autores buscavam definir o forte processo de integração de setores industriais à produção agrícola no contexto da chamada “revolução verde”(Davis e Goldberg, 1956). Assim, para estes dois professores o *agribusiness* seria “a soma de todas as operações associadas à produção e distribuição de insumos agrícolas, operações realizadas nas unidades agrícolas bem como as ações de estocagem, processamento e distribuição dos produtos, além dos produtos derivados (Davis e Goldberg apud Zylbersztajn, 1995: 107).

Embora Delgado (2012) alerte para o caráter puramente descritivo da proposição de Davis e Goldberg, indicando que haveria outras formas semelhantes de descrição do mesmo fenômeno econômico, como o conceito de *filiere*, desenvolvido por economistas franceses, é um fato que estes autores se consagraram como principal referência política e acadêmica dos setores que estiveram engajados na disseminação do termo como forma de nomear e, portanto, disseminar, uma dada forma de organização social da produção agropecuária articulada à indústria e ao mercado financeiro através de empresas transnacionais (com origem nos EUA e na Europa) que tem monopolizado o mercado de produção e comercialização de commodities agrícolas junto às classes dominantes nacionais engajadas nas principais cadeias agroindustriais locais.

A maior parte da literatura acadêmica sobre agronegócio no Brasil tem identificado a origem do uso do termo *agribusiness* (ou agronegócio) no país na virada dos anos 1980 para a década de 1990, a partir do trabalho político e ideológico liderado por Ney Bittencourt de Araújo, presidente da Agroceres e liderança empresarial de associações como ABRASSEM, FAAB e ABAG. Araújo, através de negócios de sua empresa nos EUA junto a David Rockefeller, realizou estudos acadêmicos neste país, frequentando, junto com alguns de seus principais funcionários, os seminários anuais de *agribusiness* em Harvard, durante os anos 1970 e 1980 (Grynszpan, 2009). Este núcleo de intelectuais da Agroceres, a partir de 1990, lançou mão de diversas iniciativas para difundir o conceito formulado por Davis e Goldberg (1956), defendendo que esta deveria ser a principal referência analítica do que seria um novo paradigma de produção agropecuária. Intitulado “*Agribusiness: o complexo agroindustrial brasileiro*”, a Agroceres editou um livro que visava justamente dar visibilidade ao termo, defendendo a compreensão do agronegócio que fora formulada em Harvard como cadeia de transações entre diferentes segmentos agroindustriais (Araújo et al, 1990).

Além de se engajarem numa militância de defesa do termo como referência de uma agricultura nova e moderna, que estaria por cima dos velhos conflitos históricos da questão agrária brasileira, este núcleo intelectual se empenhou também na construção de outras duas importantes iniciativas nos primeiros anos da década de 1990. Em primeiro lugar, Decio Zylberstajn, membro da equipe da Agroceres, se tornou fundador do PENSA – Centro de Conhecimentos em Agronegócios, núcleo de pesquisas vinculado à pós-graduação da Faculdade de Economia e Administração da USP. Através desta instituição não apenas buscou ampliar o escopo de análise do agronegócio com a incorporação da Nova Economia Institucional e sua perspectiva sobre a Economia dos Custos de Transação no estudo do que se convencionou chamar de “Sistemas

Agroindustriais”, como se construiu um verdadeiro campo de produção científica de elaboração e legitimação do agronegócio como modelo eficiente e moderno de produção agropecuária e desenvolvimento rural (Zylbersztajn, 1995). Em segundo lugar, enfrentando um processo de reorganização do campo de representação política de proprietários e empresários rurais durante este mesmo período, estes empresários e intelectuais, ao mesmo tempo que trouxeram à cena uma miríade de novas associações por produto e multi-produto, bem como de associações para a defesa da propriedade da terra, também se engajaram na construção de uma organização mais ampla que abarcasse os diferentes setores componentes e interessados no desenvolvimento dos principais cadeias agroindustriais do país, fundando em 1993 a Associação Brasileira de Agronegócio (ABAG), que se tornaria um dos principais polos de organização em defesa deste modelo produtivo. Esta operação de transposição da academia norte-americana ao mundo político e acadêmico brasileiro tem sido reconhecida por diversos estudos existentes como ponto de inflexão no lançamento do agronegócio como forma de descrever e defender determinado projeto de hegemonia sobre as formas de organização social e produtiva que estavam se tornando predominantes no mundo rural contemporâneo.

No caso da Argentina, a importação e difusão da noção de “*agronegocios*” também se deu em princípios dos anos 1990. Da mesma forma que no Brasil, uma forte interseção entre o mundo político, acadêmico e empresarial foi o meio pelo qual se difundiu o que então seria chamado de “agricultura de fin de siglo”. Aqui, a modernização da agricultura, promoveu o surgimento de grandes e mega-empresas nacionais que, associadas às grandes cadeias transnacionais de produção e comercialização de commodities agrícolas, impulsionaram a *sojización* dos pampas argentinos (Gras e Hernandez, 2016). Se organizando principalmente na *Asociación Argentina de Productores en Siembra Directa* (AAPRESID), fundada em 1989, com o objetivo de difusão da técnica do

Plantio Direto – forma mecanizada de cultivo da terra que dispensa o uso do arado e da rotação de culturas largamente utilizada nas modernas monoculturas agroindustriais –, as suas lideranças empresariais se consolidaram ao longo da década seguinte como principal referência política na defesa do “paradigma de los agronegócios”, modelo de produção de commodities agrícolas que conjugava o uso de pacotes tecnológicos inovadores, compostos pela conjugação do uso do Plantio Direto com o cultivo de sementes transgênicas a partir do uso de compostos de agrotóxicos desenvolvidos para uso específico neste tipo de sementes, estabelecendo o monopólio de grandes empresas transnacionais de química e biotecnologia sobre o mercado a partir da dependência dos produtores à aquisição destes recursos tecnológicos. Neste sentido, os estudos existentes sobre o agronegócio na Argentina conferem grande importância ao fato deste país ter sido um dos primeiros no mundo a legalizar o uso de sementes transgênicas, em 1996. As lideranças empresarias da AAPRESID e das mega-empresas do agronegócio argentino tiveram grande protagonismo na promoção do debate político em defesa da sua liberação. Ao conferirem grande importância ao debate sobre as vantagens na adoção destas novas técnicas e tecnologias de produção, a questão da gestão dos negócios, também aparece como uma preocupação, principalmente na formação de pessoal administrativo especializado. Neste sentido, Hector Ordoñez (2000) cumpriu um papel chave, consolidando-se como referência acadêmica que foi responsável por introduzir o conceito de Davis e Goldberg e as análises dos sistemas agroindustriais a partir da Nova Economia Institucional, conforme vinha sendo desenvolvido pelos intelectuais brasileiros do PENSA. Tendo participado de seminários na HBS e na USP, Ordoñez (2000) difundiria este instrumental analítico na Argentina sob o nome de “NENA” (*Nueva Economía y Negocios Agroalimentarios*). Além disso, influenciado por essas experiências internacionais e por outras que já vinham se desenvolvendo em universidades privadas nacionais,

fundou o PAA na UBA, que viria a se consolidar como principal referência na Argentina de estudos acadêmicos sobre o agronegócio.

A crítica acadêmica desenvolvida no Brasil:

Tanto no Brasil, como na Argentina, embora o termo agronegócio tenha sido introduzido e utilizado por setores políticos e acadêmicos defensores de seu modelo de produção e de desenvolvimento social e econômico, ao longo das últimas décadas foram realizados um importante conjunto de estudos acadêmicos no campo do pensamento crítico. No caso do Brasil estes estudos são tributários de uma série de pesquisas desenvolvidas ao longo dos anos 1970, 1980 e 1990 acerca do processo de modernização da agricultura, qualificada como “conservadora” por ter, de um lado, promovido, por meio do Estado autoritário da ditadura empresarial-militar, o desenvolvimento de uma “moderna” agricultura altamente tecnificada, industrializada, capitalizada e concentradora da propriedade e da produção em grandes monocultivos mecanizados, com decrescente uso de mão de obra e altas taxas de rendimento. De outro lado, a modernização da agricultura foi “conservadora”, pois, ao favoreceu este modelo concentrador de capitais, não promovendo nenhum tipo de alteração da estrutura da propriedade da terra (já historicamente concentrada e monopolizada) e bloqueando seu acesso para as massas de trabalhadores rurais nos mais diversos espectros sociais, culturais e regionais do país. Agravando e dificultando as condições de vida no campo dessas populações, o avanço da “moderna” agricultura no Brasil, intensificou as tensões e conflitos agrários, levando muitos ao êxodo para centros urbanos, para outras zonas de fronteira agrícola ou mesmo simplesmente retirando muito destes trabalhadores a possibilidade de permanecer e de viver do trabalho com a terra, levando-os à condição de

assalariamento em outras atividades urbanas ou rurais e até mesmo à condições de trabalho análogas à escravidão. Reproduzindo mais uma vez uma poderosa imbricação entre o arcaico e o moderno, onde o desenvolvimento de uma economia capitalista calcada nas mais avançadas formas de produção convive e se retroalimenta de relações sociais e políticas como o mandonismo, o clientelismo e o compadrio, fazendo o passado colonial e escravista pesar sobre o presente e seus projetos de futuro, a modernização conservadora da agricultura, sob o nome inaugural de “complexos agroindustriais”, ao se disseminar e consolidar como modelo hegemônico nos anos 1990, transmutou sua auto-denominação e reconhecimento público para a noção de “agronegócio” (Martins, 1994; Graziano, 1996; Delgado, 2012).

Neste sentido, os estudos de Guilherme Delgado sobre o “capital financeiro na agricultura” desde a ditadura militar até princípios da década de 2000, são a principal referencia para se compreender os fundamentos da arquitetura econômica que estruturou o desenvolvimento dos principais complexos agroindustriais nacionais. O economista brasileiro demonstra como este desenvolvimento, hiper concentrador da propriedade e das formas de produção, foi resultado de uma estratégia público-privada em que o Estado, através de suas relações de clientelismo com representantes das classes dominantes agrárias nacionais, favoreceu largamente grandes empreendimentos agroindustriais através de crédito agrícola subsidiado, configurando um amplo canal de transferência de volumosos recursos que favorecerem o modelo de produção de alguns poucos empresários rurais que já eram historicamente privilegiados na sua relação com o poder estatal. Dessa forma, o autor desvela o principal mecanismo segundo o qual o modelo do agronegócio se organizou originalmente, desmontando a narrativa liberal do empresariado e dos setores acadêmicos associados aos mesmos de que seu desenvolvimento seria produto de gestores inovadores e qualificados que implementaram sozinhos, a despeito de um alegado descaso do

Estado para com o setor, um paradigma de produção mais eficiente e, portanto, melhor para o desenvolvimento do conjunto da sociedade. Ao contrário, Delgado demonstra como o Estado jogou um papel central se associando aos interesses desta classe de produtores e proprietários rurais nacionais em conjunto com as grandes empresas transnacionais que detém o monopólio das grandes cadeias globais de produção e comercialização de commodities agropecuárias, sendo o principal financiador da crescente produção agroindustrial nacional, mas também impulsionando a abertura da fronteira agrícola através de uma política fundiária frouxa na fiscalização do cumprimento da função social da terra, prevista em lei desde o Estatuto da Terra de 1964, e da promoção de grandes projetos de infra-estrutura, de colonização e de pesquisa agropecuária, além da promoção e conivência com a violência e a repressão política no campo. Embora, como demonstra o autor, esta participação ativa do Estado tenha arrefecido com a crise da dívida pública nos anos 1980, com um menor dinamismo no mercado mundial de commodities agrícola e com a onda de reformas neoliberais nos anos 1990, seu papel em realidade foi ressignificado pontualmente, fazendo com que nos anos 2000, os fundamentos da política de crédito como forma de garantir uma balança de pagamentos positiva ao país voltou ao centro da estratégia dos governos e dos principais complexos agroindustriais nacionais. Neste sentido, Delgado (2012), falando agora em “economia do agronegócio”, reafirma a permanência dos fundamentos do “capital financeiro na agricultura” que desenvolveu os complexos agroindustriais dos anos 1970 e 1980 através da “modernização conservadora da agricultura”, definindo a mesma como um pacto de economia política que envolve a produção transacional a jusante e a montante, a grande propriedade da terra e o Estado, visando “uma estratégia privada e estatal de perseguição da renda fundiária como diretriz principal de acumulação do capital para o conjunto da economia” (Delgado, 2012, p. 111).

Se Delgado (2012) aponta para as importantes continuidades e descontinuidades entre o que chamou inicialmente de “capital financeiro na agricultura” e o que foi denominado mais recentemente pelo autor de “economia do agronegócio”, há um conjunto de autores que, na esteira destas análises sobre a modernização conservadora da agricultura, têm buscado conferir maior relevo às especificidades sócio-políticas de um determinado tempo, marcado pela ideia de agronegócio como palavra política “unificadora de interesses e das classes dominantes no campo e expressão do processo de construção da hegemonia e de renovação dos espaços de poder e de dominação” (Bruno, 2009, p. 113), e como “operação simbólico-política” que traduziu a integração das cadeias produtivas agroindustriais através de um monopólio transnacional sobre a produção e a propriedade da terra em signo de uma “nova agricultura” (Mendonça, 2010, p. 217). Findo o ambiente de repressão autoritária da ditadura militar e aberta a crise econômica da agricultura que se arrastou ao longo dos anos 1980 e 1990, dentro de um cenário de avanço da desregulamentação estatal da economia, forte acirramento dos conflitos sociais no campo e violenta reação pelos segmentos mais conservadores do patronato rural, a renovação e reorganização da representação política de grandes proprietários e empresários agroindustriais no Brasil apontava para a necessidade de construção da hegemonia através do consenso ideológico construído por uma batalha de ideias responsável pela disputa política da opinião pública, em que o termo agronegócio passou a ganhar destaque como sinônimo de um modelo de produção que superava os velhos conflitos históricos da questão agrária nacional, através de uma agricultura de escala, altamente tecnificada, capitalizada e competitiva frente a setores que seriam atrasados e sem condições de competir no mercado internacional. Após intensas disputas e processos de renovação das lideranças políticas (Graziano, 1993; Bruno, 2009), constituiu-se uma nova arquitetura política de representação da cúpula de produtores e proprietários rurais no Brasil. Nesta linha e reconhecendo

na fundação da ABAG um marco de institucionalização deste processo, Caio Pompeia propôs mais recentemente qualificar o agronegócio como uma concertação política, que consistiria em uma composição inter-setorial “entre representações da agricultura e de segmentos conectados a ela que, alicerçada na categoria agribusiness/agronegócio, atua de forma multi-lateral, coordenada, institucionalizada e sistemática” (Pompeia, 2018, p. 44). Com isso, o autor busca dar uma ênfase ainda maior à intensificação da multi-representação que tem caracterizado o processo histórico de ação e desenvolvimento da “concertação”, chamando atenção para uma gama de outros atores políticos e organizativos por onde seu núcleo de direção tem se deslocado.

Para além de significativas transformações nas formas de representação política da cúpula de proprietários, produtores e empresários que se associaram e foram associados à ideia de agronegócio, outros autores tem buscado explorar outras dimensões da “sociedade e da economia do agronegócio”, acusando a necessidade de se explorar de maneira mais aprofundada dimensões que estejam além das predominantes abordagens econômicas e/ou apologéticas do modelo produtivo. Neste sentido, Heredia et al (2010) nos fazem lembrar que a associação entre “agricultura” e “modernidade” é parte de uma longa história no Brasil que remonta à diferentes melhoramentos na produção e beneficiamento do açúcar e do café durante a colônia e o império. Apesar disso, os autores reforçam a importância das transformações que se desenvolveram a partir dos anos 1970 no sentido de consolidar um predomínio de uma “moderna” agricultura capitalista. Tal qual Delgado, apontam as continuidades e descontinuidades de noções mobilizadas no período da ditadura militar e a adoção mais recente, a partir dos anos 1990, por empresários e acadêmicos defensores de um modelo de produção de grande escala, alta capitalização, intenso uso de tecnologia de ponta e forte integração com a indústria, o capital financeiro e o poder do Estado.

Portanto, as pesquisas empreendidas por estes pesquisadores, se motivaram a partir da seguinte constatação:

“ao tratarmos dos processos relacionados com o “agronegócio”, é preciso compreendê-los como algo que extrapola o crescimento agrícola e o aumento da produtividade, alusões mais comuns nos debates sobre o setor. Seja para refletirmos sobre as circunstâncias que informam o movimento de expansão das atividades aí inscritas, seja, igualmente, para pensarmos a validade do seu contraponto, isto é, o conjunto de situações sociais que não estariam aí compreendidas (Heredia et al, 2010, p. 161)”.

Assim, através da análise da evolução territorial do principal monocultivo associado ao agronegócio, a soja, não apenas constatou-se o avanço nas tradicionais áreas de produção do sul e do sudeste do país para zonas de fronteira agrícola nos cerrados e na Amazônia, estudando especificamente três importantes núcleos produtivos nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Bahia, os autores não apenas reforçam a forte presença do Estado privilegiando este modelo produtivo através de políticas públicas nas diferentes esferas de poder (executivo, legislativo, judiciário) e níveis federativos (municipal, estadual, federal), como delinearão os principais fluxos migratórios de zonas de mais antigo povoamento no sul e no nordeste, para as zonas por onde a grande produção agrícola de soja tem avançado, constituindo e reconstituindo identidades, desigualdades e laços conformadores da sociedade e da economia do agronegócio (Heredia et al, 2010).

Em contraposição a esta referência de agricultura mobilizada politicamente pelo termo agronegócio, e em referência às intensas lutas por direitos sociais mobilizadas por sem terras, atingidos por barragens, pequenos agricultores, trabalhadores rurais, indígenas, quilombolas, comunidades caiçaras, dentre outras identidades das populações que viviam do direito comunitário e do trabalho familiar ou coletivo de produção agropecuária e extrativista, algumas organizações do movimento sindical de trabalhadores rurais, particularmente organizados na Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), introduziram um outro termo com origem

nos Estados Unidos: a ideia de “agricultura familiar”. O congresso da entidade de 1996, ao debater o assunto, colocou este conceito no centro de sua estratégia para defender uma agenda de reivindicação de políticas públicas de trabalhadores e pequenos produtores rurais, bem como para sua cristalização numa política de Estado que foi representada pelo lançamento do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) no mesmo ano. Estes eventos foram marcos de institucionalização desta noção e, por conseguinte, da própria noção de agronegócio, uma vez que este foi reconhecido por muitos como referencial hegemônico de desenvolvimento agrário a ser combatido e disputado pela própria noção de “agricultura familiar” (Sauer, 2008).

No entanto, esta nova forma de nomear estas populações que vivem do trabalho no campo e seus respectivos direitos sociais foi controversa. No interior do próprio conjunto de movimentos sociais do campo houve divergências na medida em que esta concepção foi entendida pelas parcelas mais revolucionárias das organizações como adesão e conformidade ao modo de produção capitalista. A disputa em torno dos significados capitalistas da noção de agricultura familiar se deu não apenas por aqueles setores que historicamente defenderam o uso da categoria camponês para qualificar os sujeitos políticos subalternos do campo, mas também pelos setores dominantes, quando estes reivindicam a ideia de agricultura familiar como um “agronegocinho” que poderia competir de igual para igual com o “agronegócio” no livre mercado. De qualquer modo, em face do caráter hiper concentrador da produção e das formas de acesso à terra em um mercado altamente competitivo, a agricultura familiar sem dúvidas se tornou um dos mais importantes contrapontos políticos à concepção de agronegócio, pautando a sua própria definição a partir do antagonismo entre elas (Sauer, 2008).

Alem disso, agricultura familiar não é o único termo ou setor social que se contrapõem ao agronegócio. Há um amplo campo de disputa em torno de questões relativas a direitos sociais, trabalhistas, étnicos, territoriais e ambientais que se encontram em disputa tanto no terreno onde se desenvolve a produção do chamado agronegócio, quanto na disputa de opinião junto a diferentes setores sociais da cena política nacional e internacional. Neste sentido, defensores do agronegócio reivindicam as políticas de responsabilidade social empresarial promovidas por governos, organismos multi-laterais e think tanks neoliberais como forma de compensação social da iniciativa privada frente à defendida redução de gastos do Estado com direitos e assistência social. Como parte de uma tendencia geral do empresariado dos anos 1990, termos como responsabilidade social empresarial e sustentabilidade, passaram a ser utilizados para a realização da batalha de ideias em defesa do agronegócio, argumentando que seu modelo produtivo seria definido justamente como aquele que respeita questões sociais e ambientais, ao mesmo tempo em que gera renda, se omitindo frequentemente de debater efetivos mecanismos de distribuição da mesma e fazendo desconhecer deliberadamente o problema da democratização do acesso à propriedade da terra. De outro lado, a miríade de movimentos sociais e ambientais que atuam nos territórios mais afetados pela produção do agronegócio e nos centros urbanos disputando as opiniões junto a diferentes setores da sociedade civil e do Estado, vem denunciando o caráter puramente propagandístico das iniciativas sustentáveis levadas a cabo por uma ampla e significativa gama de empresas nas diferentes regiões do país, apontando para um sem número de passivos sociais, econômicos e ambientais para trabalhadores, comunidades e natureza do entorno.

Dessa maneira, ainda que uma serie de estudos destaquem que os discursos e interesses que se identificam com a noção de agronegócio têm como um dos seus principais traços o apagamento dos conflitos e contradições históricas da estrutura social agrária brasileira, é inegável

que este esforço de construção de um consenso acerca dos benefícios do modelo de produção associado a esta ideia deriva das intensas conflitualidades da questão agrária, vividas no campo em todas as regiões do país ao longo das duas últimas décadas do século XX, e que se expressaram especialmente através do movimento de ocupações de terra, que, para além do inegável protagonismo do MST, contou com a participação difusa de diversos outros setores e organizações sociais. Este movimento, vivido de forma mais ou menos intensa por todo o território nacional, teve seu auge em dois picos nos índices de ocupações de terra no país, após o massacre de Eldorado dos Carajás, a partir de 1996, e nos primeiros meses que se seguiram à primeira eleição de Lula em 2002, como um reflexo da expectativa generalizada que se criou de que a reforma agrária finalmente sairia do papel. Embora na nova administração federal algumas políticas de incentivo a agricultura familiar tenham ganhado maior relevância, bem como a repressão política e legal sobre as ocupações de terra tenha arrefecido, a política de reforma agrária do primeiro governo Lula resultou em motivo de grande frustração para seus defensores. A partir do segundo mandato, com o refluxo do movimento de ocupações de terra, os conflitos relacionados à demarcação de terras indígenas e quilombolas ganharam maior protagonismo na cena política da questão agrária (Fernandes, 2013).

Finalmente, neste sentido, como elemento fundamental da questão agrária contemporânea, a análise da dimensão do agronegócio como processo de financeirização da agricultura tem sido aprofundada por estudos mais recentes. Estas pesquisas tem buscado demonstrar que, apesar da perda relativa de destaque da reforma agrária nos discursos políticos e agendas de reivindicação dos próprios movimentos sociais, esta questão segue se mostrando como um enorme passivo em relação às desigualdades sociais no campo e os direitos sociais e territoriais de diversos setores sociais que vivem no meio rural, uma vez que a crescente escala com que atores financeiros têm

operado no mercado de terras e de commodities agrícolas, concentrando a produção agropecuária e a propriedade da terra, ganhou dimensões nunca antes vista. Assim, fomentada pela progressiva desregulamentação dos mercados agropecuários, particularmente na bolsa de commodities de Chicago, verificadas a partir dos anos 1970, nas duas últimas décadas, com o boom da demanda asiática, o investimento em produtos agropecuários de exportação como ativo financeiro surfou na intensificação desta desregulamentação, e em uma subsequente alta no preço dos alimentos e, por conseguinte, das terras. Com a crise de 2008, este processo se viu ainda mais intensificado em função da busca de volumosos capitais por investimentos mais seguros. Assim, a alta nos preços tanto dos produtos operados pelo agronegócio, como das terras que são potencialmente cultivadas por eles, intensificou a pressão sobre as populações mais vulneráveis que vivem no campo, da terra e/ou de seus recursos naturais (Leite, 2019).

A crítica acadêmica desenvolvida na Argentina:

A literatura crítica que tem estudado o agronegócio na Argentina também tem buscado compreender as continuidades e discontinuidades do avanço e da construção de um modelo de agricultura de grande escala, altamente capitalizada e tecnificada a partir de meados do século XX, e as transformações mais recentes das últimas três décadas, colocando ênfase justamente nas particularidades relacionadas ao processo de financeirização e racionalização da gestão dos negócios, bem como à intensificação da industrialização e globalização das cadeias produtivas agropecuárias.

Assim, Carla Gras e Valeria Hernandez, em sua “radiografia do novo campo argentino”, lembram que da mesma forma com que no Brasil, a associação entre agricultura e modernidade

também pode remontar a um passado histórico mais longínquo. Neste caso, a principal referência são os áureos tempos da pecuária bovina no final do século XIX e princípio do século XX. Puxada pelo franco processo de industrialização da Europa neste mesmo período, a exportação de carne argentina, ao ter se tornado o principal motor da economia nacional, levantou importantes preocupações por melhoramentos no seu processo de produção e comercialização. Neste sentido, assim como Heredia et al (2010), as autoras buscam aferir as particularidades de um novo tempo em que a noção de uma agricultura moderna passou a ser traduzida pelos setores econômicos mais dinâmicos da produção nacional como “agronegócio”. Em sentido similar ao empregado por Davis e Goldeberg (1956), buscava-se difundir esta noção como um novo paradigma, utilizando-a como um importante instrumento de disputa sobre diferentes visões sobre a questão agrária contemporânea.

Para Gras e Hernandez (2016), embora o avanço do modelo do agronegócio tenha reforçado as desigualdades sociais e históricas do campo argentino, acelerando a concentração da produção e do acesso à terra, o impulso da produção e exportação de grãos, particularmente soja, foi proporcionado por um inédito e exponencial uso de biotecnologia e de integração inter-industrial através de diferentes mecanismos de gestão e financeirização da produção e da propriedade da terra, configurando o agronegócio como “un modelo o lógica de producción que, con variantes nacionales y locales (por la conjugación que los actores hacen de las lógicas macro con las historias y tradiciones propias)”, podem ser analisados segundo os seguintes pontos: transtorialidade, prioridade para o consumidor global, aprofundamento da centralidade estratégica do capital financeiro na agricultura, padronização no uso de tecnologias de última geração e financeirização e estrangeirização da propriedade da terra (Gras e Hernandez, 2013, p. 25). Atentas a estes elementos, Gras e Hernandez (2013) concluem que o “modelo do agronegócio”

esta fundamentado em quatro pilares: tecnológico (adoção de inovações em biotecnologia e desenvolvimento técnico-científico); financeiro (controle por parte de agentes financeiros transnacionais sobre toda a extensão das cadeias de produção agroindustrial); das novas formas de acesso a terra e organização do trabalho (formas mistas de propriedade e arrendamento; processo de flexibilização e terceirização do trabalho); e organizacional (novos padrões transnacionais de gestão da produção e dos negócios).

Alem disso, as autoras demonstram como a predominância deste modelo como referencial de desenvolvimento rural contemporâneo não só supôs uma construção hegemônica que implicou a articulação dos diferentes interesses organizados nas cadeias produtivas do agronegócio, como também significou a construção de um consenso junto aos demais atores sociais do campo argentino em torno de um projeto comum, disputando e universalizando uma dada visão de mundo. Assim, Gras e Hernandez (2016) percorrem o processo de modernização da agricultura desde meados do século XX até a primeira década do século XXI apontando as continuidades e discontinuidades também do processo político, delineando as reconfigurações do campo da representação política que encontrou na *Asociación de Productores em Siembra Directa* (APRESID), os principais “pastores” do “paradigma do agronegócio”. Este processo evidentemente não se deu sem conflitos e disputas. Com o fim da última ditadura militar em 1983, muitos setores buscaram retomar antigos projetos de reforma da estrutura agrária nacional formulados nos últimos governos peronistas sob o comando do intelectual e agrônomo Horacio Giberti. No entanto, com a progressiva intensificação do avanço da agenda neoliberal sobre os governos que se seguiram nos anos 1980 e 1990, e a falta de maior fôlego das mobilizações e articulações em prol de lutas em defesa de territórios e da democratização no acesso a terra e a políticas públicas, não se produziu o ambiente necessário para a retomada de um projeto de reforma

agrária como agenda política nacional. Mesmo assim, com o avanço da fronteira agrícola para províncias que estão fora da tradicional região produtora dos pampas, novos conflitos pelo acesso à terra têm feito com que esta questão, embora um tanto escanteada nas últimas décadas, tenha permanecido como um contraponto em potencial à hegemonia do agronegócio na Argentina. Além disso, as preocupações com a alimentação saudável, com a rastreabilidade de origem dos produtos agropecuários, com as graves denúncias sobre o uso do glifosato (e outros agrotóxicos potencialmente nocivos à saúde humana), com o respeito à padrões produtivos de sustentabilidade sócio-ambiental, bem como com conflitos trabalhistas de ordem diversa, conformam um amplo leque de tensões e contradições que também têm permitido caracterizar o agronegócio argentino a partir dos principais questionamentos políticos realizados ao seu modelo de produção.

Nos estudos críticos existentes na Argentina, o agronegócio também tem sido entendido como um discurso sobre o campo no capitalismo contemporâneo, que derivaria das discursividades historicamente dominantes nos pampas argentinos. Para Balsa (2012), haveria dois grandes discursos que estruturaram as disputas em torno da questão agrária ao longo de boa parte do século XX. Em primeiro lugar, aquilo que o autor define como “discursividade liberal-conservadora”. Defensora da ordem social dominante, ela se fundamenta pela defesa do latifúndio a partir do direito individual absoluto e inalienável sobre a propriedade da terra, e pela defesa de uma liberdade de mercado baseada na não intervenção do Estado nas questões socioeconômicas mais sensíveis à reprodução do *status quo*. Assim, a partir destas duas defesas, o discurso acionado historicamente pelas classes dominantes no campo argentino, busca difundir-las como ideias universais, que devem ser defendidas por todos, apagando, deste modo, os conflitos sociais históricos da questão agrária Argentina: democratização da propriedade da terra e das políticas de Estado para o desenvolvimento rural. Em segundo lugar, o discurso agrarista, construído

historicamente em contraponto ao domínio do discurso liberal-conservador, enfatiza a denúncia da concentração da propriedade da terra e das formas de produção agropecuárias. Neste sentido, trata-se da defesa de outra forma de intervenção do Estado, mais atentas em promover mecanismos de democratização do acesso à terra e à renda entre grandes, pequenos e médios produtores rurais. O sujeito historicamente protagonista deste discurso, embora possa se referir a uma pluralidade de condições e identidades sociais, é a figura do Chacarero, consolidada no agro pampeano a partir da década de 1930 como identidade de um número significativo e diverso de pequenos e médios produtores agropecuários de base familiar que possuem um forte vínculo com determinada visão de mundo que valoriza seu modo relativamente autônomo de vida e de trabalho no campo. Dessa forma, ambas discursividades, liberal conservadora e agrarista, se constituíram relacionalmente, uma disputando com a outra a hegemonia sobre o papel do Estado e a necessidade de se promover a democratização da questão agrária. Suas principais lideranças políticas e intelectuais coletivas foi, respectivamente, a oitocentista Sociedade Rural Argentina (SRA, representante histórica do latifúndio e da grande pecuária exportadora) e a Federação Agrária Argentina (FAA, representante histórica dos chacareros e base rural do peronismo).

A partir desta perspectiva, Liaudat (2018) tem demonstrado como esses discursos se resignificaram parcialmente frente às transformações contemporâneas do modelo produtivo dominante no agro pampeano e suas consequências sócio-econômicas, com a brutal acentuação da concentração da produção e do acesso ao uso da terra. Do ponto de vista da resistência a este processo, em um contexto mais recente, o discurso agrarista tem se apresentado a partir de outras duas discursividades: o discurso da agricultura familiar e o discurso sócio-ambiental. Enquanto que o primeiro se desenvolveu sob forte influência da adoção desta noção, utilizada originalmente nos EUA e fortemente incorporada e adaptada ao debate político da questão agrária contemporânea

no Brasil, o segundo, desenvolveu-se na interface dos movimentos ambientalistas de denúncia do modelo do agronegócio e algumas tentativas de incorporação e apaziguamento destas demandas pelo próprio discurso empresarial quando fundamentado nos referenciais teóricos da responsabilidade social corporativa (ou sustentabilidade sócio-ambiental).

Do ponto de vista dos setores econômicos protagonistas da modernização da agricultura, destacam-se os grandes e mega produtores agroindustriais argentinos e as empresas transnacionais associadas que mais tem lucrado com o aumento da produtividade e da concentração do capital, que têm se empenhado em difundir o agronegócio como uma discursividade do agro contemporâneo. A principal particularidade deste discurso é que, como parte da tradição liberal-conservadora, e no esforço de apagamento dos conflitos sociais e universalização da sacralização das ideias de propriedade da terra e do livre mercado, deixou-se progressivamente de lado a questão da reforma agrária e da defesa da inviolabilidade da propriedade individual para se dar centralidade à defesa da incorporação de inovações tecnológicas como forma de solucionar as desigualdades sociais a partir do alcance de uma maior produtividade no campo, sem que seja problematizado quais seriam os mecanismos de distribuição da renda adequados para tal. Com a modernização da agricultura desenvolvida a partir de meados do século XX, duas organizações foram protagonistas na sua estruturação e difusão hegemônica, a AACREA (*Asociación Argentina de Consorcios de Experimentación Agropecuaria*), fundada no final dos anos 1950 no marco da defesa do paradigma da “revolução verde”, e, mais recentemente, a AAPRESID, fundada no final dos anos 1980, como porta voz do “paradigma do agronegócio” (Liaudat, 2018).

Assim, os discursos do agronegócio podem ser caracterizados a partir dos seguintes eixos centrais. Em primeiro lugar, reafirmando o mesmo como cadeia de transações agroindustriais, promove-se a ideia de uma suposta comunidade agroalimentar que estaria constituída por vínculos

complementares e passíveis de serem harmonizados, superando os conflitos sociais históricos presentes na estrutura social agrária contemporânea e apagando aqueles sujeitos que não puderam se adaptar ou incorporar ao novo modelo de produção e de vida no campo. Em segundo lugar, difunde-se o agronegócio como produto da evolução e do progresso da ciência e de suas ferramentas tecnológicas para o melhoramento da produção, entendendo estas mudanças como um processo de transformação inexorável, sem alternativas históricas possíveis. Em terceiro lugar, apresenta-se o agronegócio como um modelo que necessariamente beneficia o conjunto da sociedade, em que todos ganhariam. Esta premissa é frequentemente utilizada com base em três argumentos: defesa do meio ambiente (uma vez que o agronegócio promoveria o desenvolvimento sustentável), luta contra a fome no mundo (uma vez que o mesmo resolveria uma suposta demanda global de alimentos a ser suprida por uma produção agropecuária supostamente insuficiente) e desenvolvimento nacional (visto que o agronegócio seria o principal motor da economia, contribuindo com uma fatia expressiva do produto interno bruto e das divisas internacionais acumuladas com a exportação de produtos agropecuários). Por fim, acredita-se que as lideranças que se afirmam protagonistas no desenvolvimento do modelo do agronegócio seriam uma vanguarda empresarial inovadora que logrou se reinventar através do uso da ciência e do conhecimento, deixando os demais sujeitos históricos retardatários para trás, no passado (Liaudat, 2018; Liaudat e Fernandes, 2021).

Finalmente, alguns autores tem trabalhado com a noção de agronegócio como parte constitutiva de um modelo de desenvolvimento econômico neo-extrativista como base para a expansão de fronteiras do capital na América Latina, no marco do neoliberalismo, dos anos 1990 em diante. Estes autores para além de relacionar a intensificação na exploração de diversos recursos naturais (terra, minerais, combustíveis fósseis, biocombustíveis) com a expansão da

agenda econômica neoliberal e sua acumulação por espoliação, buscam ressaltar de que maneira a aposta no desenvolvimento da mega-mineração, na exploração de gás e petróleo e no agronegócio contou com o engajamento de forças sociais e políticas de distintos posicionamentos, uma vez que, ao longo dos anos 2000, diferentes governos associados à esquerda chegaram ao poder na região e, mesmo assim, aprofundaram a centralidade do modelo neo-extrativista na agenda do desenvolvimento econômico nacional. No Brasil, Sampaio (2012) é quem mais tem se dedicado a desenvolver esta tese, chamando atenção para uma profunda reprimarização da econômica em face de uma ampla desindustrialização do país em paralelo a uma dependência e aposta cada vez maior na produção de divisas a partir da exportação de produtores primários no mercado internacional, transformando o país em uma “mega-feitoria moderna” financiada basicamente pela superexploração da renda diferencial a partir das vantagens comparativas nacionais.

Giarraca e Teubal (2013), nesta mesma perspectiva, buscaram delinear as principais características do “modelo extrativista na argentina”, configurado fundamentalmente por mega projetos de mineração e uma avassaladora expansão do monocultivo de commodities agrícolas altamente concentrado em capital e tecnologia em grandes e mega empresas nacionais associadas às principais transnacionais do mercado global de alimentos e biocombustíveis. Controlando a tecnologia de ponta para a produção de insumos agropecuários, Plantio Direto, beneficiamento industrial e comercialização através de grandes redes de logística e supermercado, tais corporações “han potenciado los aspectos extractivos del modelo agrário (el agronegócio)” (Giarraca e Teubal, 2013, p. 9). Assim, para estes autores, as economias neo-extrativistas também se caracterizam por: se inscreverem no marco do neoliberalismo e da acumulação por espoliação, se estruturarem a partir do monopólio global das cadeias de produção por grandes corporações transnacionais, se orientarem para atender a demandas do comércio internacional (ignorando e marginalizando

demandas e necessidades da economia e da sociedade em âmbito local e regional), explorem intensivamente os recursos naturais onde se realizam, possuem alto potencial de conflitividade com outros atores dos territórios impactados direta ou indiretamente por suas atividades e na disputa da opinião pública mais geral em relação a diversos movimentos de denúncia sócio-ambiental.

Outra pesquisadora argentina que também tem trabalhado segundo esta perspectiva é Maristella Svampa (2013), que se preocupa em salientar as contradições no modelo de desenvolvimento de uma serie de governos latino-americanos de diferentes matizes políticos, ressaltando o aprofundamento da estratégia - dita “desenvolvimentista” – de intervenção do Estado no sentido de promover a geração de divisas internacionais com a exportação de produtos primários para os países centrais e emergentes (no caso, principalmente o ascendente mercado chinês) para realizar algumas políticas de redistribuição de renda e recuperação ou expansão parcial de serviços públicos sucateados pelos governos declaradamente liberais da década de 1990. Neste sentido, a autora propõem que a partir dos anos 2000 a América Latina já não mais viveria sob o chamado Consenso de Washington. Aprofundando algumas de suas características estruturais, a primeira década do século XXI na região teria sido marcada por um Consenso das Commodities, noção que chamaria a atenção para “el ingreso a un nuevo orden económico y político, sostenido por el boom de los precios internacionales de las materias primas y los bienes de consumo” (Svampa, 2013, p. 1). Para a autora, o agronegócio se inscreveria no marco deste processo como modelo de produção agropecuária, principalmente naqueles países onde a produção de soja passou a predominar na pauta de exportações, como no Brasil e na Argentina. A autora ainda salienta como este processo impactou as lutas sociais no continente, alçando uma serie de atores e pautas políticas à condição de protagonistas das resistências ao consenso das commodities.

A partir de um “giro eco-territorial”, com distintas identidades sócio-pólicas sendo impactadas pela super-exploração dos recursos naturais e sociais dos territórios onde a produção neo-extrativista se desenvolve, novos atores conquistaram o centro da cena política, se contrapondo aos interesses de elites (locais, regionais, nacionais) associadas, empresas transnacionais e governos “desenvolvimentistas”, o que conferiu uma multiescalaridade a estes processos de resistência.

Considerações Finais:

Através dos estudos existentes sobre o agronegócio é possível perceber que a definição cunhada por Davis e Goldberg, ao ser difundida e apropriada por acadêmicos e empresários brasileiros e argentinos, ganhou vida própria e vem sendo empregada e analisada sob distintas perspectivas. Ao introduzirem o termo no léxico político e acadêmico nacional, estes intelectuais, de um lado, se lançaram em dois importantes projetos de institucionalização da sua visão do agronegócio como unidade analítica de legitimação do modelo produtivo que vinha sendo desenvolvido pelas classes dominantes nacionais em associação com grandes empresas transnacionais da produção de alimentos, biocombustíveis e indústria florestal. Em primeiro lugar, fundaram programas de pós-graduação que desenvolveram e aplicaram o conceito de Davis e Goldberg através de um diálogo com a Nova Economia Institucional, o que lhes permitiu identificar e formular diferentes estratégias para a transformação das condições políticas, sociais, culturais e legais de geração e captura de valor, desenvolvendo e expandindo o modelo produtivo do agronegócio. De outro lado, em segundo lugar, buscaram se institucionalizar politicamente renovando os espaços de representação política na sociedade civil e disputando espaços de

influência junto à sociedade política. No entanto, ao construírem uma poderosa hegemonia do agronegócio no Brasil e na Argentina, as classes dominantes associadas ao modelo passaram a ser alvo de uma importante crítica política e acadêmica local. Neste sentido, os estudos críticos existentes chamam atenção para o caráter conservador da modernização da agricultura verificada ao longo da segunda metade do século XX e as primeiras décadas do século XXI. Embora esta noção seja aplicada conceitualmente somente nos estudos sobre o Brasil, não é difícil perceber que a modernização da agricultura na Argentina, embora guarde particularidades e diferenças que não serão abordadas aqui – mas que mereceriam uma reflexão mais desenvolvida – igualmente foi viabilizada por um processo que combinou repressão estatal, violência política, a retirada ou bloqueio no acesso a direitos sociais e uma exploração predatória dos recursos naturais, fazendo da modernização tecnológica um benefício cada vez mais exclusivo dos grandes *players* do agronegócio nacional. Esta abordagem também tem levado a reflexões sobre a progressiva financeirização da agricultura, indicando de que forma através de mecanismos financeiros diversos se promoveu a intensificação da concentração das formas sociais de produção. Neste processo, o Estado, supostamente mínimo, ocupou um papel central com a disponibilização de vultosos créditos subsidiados para a promoção dos complexos agroindustriais nacionais. Por outro lado, alguns autores têm chamado atenção para como que, a despeito do uso intensivo de tecnologia de ponta e capital, o modelo do agronegócio poderia se inscrever numa lógica econômica neo-extrativista, superexploradora da natureza e dos trabalhadores através da acumulação por espoliação (Harvey, 2005). Para tanto, o Estado tem sido visto como palco privilegiado de disputas políticas, seja em torno da definição da política fundiária, econômica, das relações internacionais e da assistência técnica, seja na formação de pessoal e promoção de pesquisa agropecuária. Além das disputas travadas no âmbito da sociedade política, a disputa ideológica na sociedade civil se

da através da configuração de diversos discursos que constroem, reforçam e mobilizam identidades sociais antagônicas, onde o agronegócio aparece como um discurso dominante entre o empresariado que possui relativa capacidade de ressonância junto a uma ampla gama de outros setores sociais. É possível notar ainda a apropriação da noção de agronegócio pelos movimentos de resistência política aos impactos deste modelo produtivo. Neste sentido, o termo aparece como contraponto ao que seria a “agricultura familiar, as “comunidades tradicionais” (indígenas, quilombolas, camponesas) ou ao movimento ambientalista e de consumo saudável e sustentável, sendo definido por sua denuncia como modelo produtivo concentrador e violador de direitos sociais, territoriais e da própria natureza. Finalmente, é valido mencionar que boa parte destes estudos está, em maior ou menor medida, dialogando com referenciais teóricos semelhantes, em que se destaca não apenas a noção de acumulação por espoliação de David Harvey (2005) já mencionada, como as noções de hegemonia e de modernização conservadora (no sentido de uma revolução passiva) de Antonio Gramsci (2000) e de regimes agro-alimentares desenvolvidos por Harriet Friedman e Philip Mc Michael (2016). A Teoria do poder simbólico de Bourdieu (1989) e a análise crítica dos discursos (Laclau e Mouffe, 1987) também tem informado estes estudos no sentido de compreender o “fazer ver e fazer crer” do agronegócio como força política e social dominante no mundo rural contemporâneo.

Referências:

ARAÚJO, Ney B.; WEDDEKIN, Ivan; PINAZZA, Luiz A. Complexo agroindustrial: o agribusiness brasileiro. São Paulo: Editora Agrocere, 1990.

BALSA, Javier. Formaciones discursivas y disputas por la hegemonía en torno a los modelos de desarrollo agrario. En: Balsa y Lázaro (coords), Agro y política en Argentina. Buenos Aires: CICCUS, 2012.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Lisboa: Difel, 1989.

BRUNO, Regina. Um Brasil Ambivalente: Agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: Edur, 2009.

DAVIS, John e GOLDBERG, Ray. A Concept of Agribusiness. Boston: Harvard Business School, Division of Research, 1957.

DELGADO, Guilherme. Do Capital Financeiro à Economia do Agronegócio: Mudanças cíclicas em meio século (1965 – 2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: Conflitualidade e desenvolvimento territorial. Em: STEDILE, João Pedro. A Questão Agrária no Brasil: O debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GIARRACCA, Norma; TEUBAL, Miguel. Las actividades extractivas en la Argentina. GIARRACCA, NORMA; TEUBAL, M. (Org.). Actividades extractivas en expansión: ¿Reprimarización de la economía argentina? Buenos Aires: Antropofagia, 2013.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2000 e 2002.

GRAS, Carla. Agronegócios en el Cono Sur. Actores sociales, desigualdades y entrelazamientos transregionales. desiguALdades.net Working Paper Series 50, Berlin: desiguALdades.net International Research Network on Interdependent Inequalities in Latin America, 2013.

GRAS, Carla e HERNANDEZ, Valeria. Los Pilares del Modelo Agribusiness y sus Estilos Empresariales. Em: Gras, Carla e Hernandez, Valeria. El Agro como Negocio: Producción, sociedad y territorios en la globalización. Buenos Aires: Biblos, 2013.

GRAS, Carla e HERNANDEZ, Valeria. Radiografía del Nuevo Campo Argentino: Del terrateniente al empresario transnacional. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016.

GRAZIANO DA SILVA, José. Las Organizaciones Profesionales en la Moderna Agricultura Brasileña. Cordoba, España: Seminario de Políticas Agrarias y Grupos Sociales en Procesos de Transición Democrática, 1993.

GRAZIANO DA SILVA, José. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas-SP: Unicamp, 1996.

GRYNSZPAN, Mario. Origens e Conexões Norte-Americanas do Agribusiness no Brasil. Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais: v. 9, n. 17, jan/jun, 2012.

HARVEY, David. O Novo Imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HEREDIA, Beatriz; Palmeira, Moacir e Leite, Sergio. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 25, n. 74, 2010.

LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. Hegemonía y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia. Madrid: Siglo XXI, 1987.

LEITE, Sergio. Dinâmica de Terras, Expansão do Agronegócio e Financeirização da Agricultura: Por uma sociologia das transformações agrárias. Revista Latino Americana da Estudios Rurales, n. 4, v. 7, 2019.

LIAUDAT, Dolores. Hegemonia, Discurso e Identificaciones en el Agro Pampeano: Analisis de los agronegocios y su eficacia interpelativa en los actores agropecuarios. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2018.

LIAUDAT, Dolores e FERNANDES, Afonso (no prelo). Agronegocios y nuevas lógicas de representación empresarial en el Cono Sur. Un estudio exploratorio sobre ABAG (Brasil) y AAPRESID (Argentina). Revista Marx e o Marxismo – Revista do NIEP. v. 9, n. 16, 2021.

MARTINS, José de Souza. A Política do Brasil Lúmpem e Místico. São Paulo: Contexto, 2011.

MCMICHAEL, Philip. Regimes Alimentares e Questões Agrárias. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

MENDONÇA, Sonia. O Patronato Rural no Brasil Recente (1964-1993). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

MENDONÇA, Sonia e OLIVEIRA, Pedro. ABAG: Origens históricas e consolidação hegemônica. Novos Cadernos NAEA, v. 18, n. 2, 2015.

SAUER, Sérgio. Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

ORDOÑEZ, Hector. La Nueva Economia y Negocios Alimentares. Buenos Aires: Programa de Agronegocios y Alimentos, FAUBA, 2000.

POMPEIA, Caio. Formação Política do Agronegócio. Tese de Doutorado, Campinas-SP: Unicamp, 2018.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en America Latina. Nueva Sociedad, 2013. Disponible em: <https://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina/>

ZYLBERSZTAJN, Decio. Estruturas de Governança e Coordenação do Agribusiness: Uma aplicação da Nova Economia das Instituições. Tese de Livre Docência. São Paulo: Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, 1995.